

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE

**DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) como emissora, **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Surubiju, n.º 2.010 e 2.050, Bloco C, Alphaville, Centro Industrial e Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.296.295/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(b) como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, em série única da Emissora ("Debenturistas", e individualmente "Debenturista"), **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte").

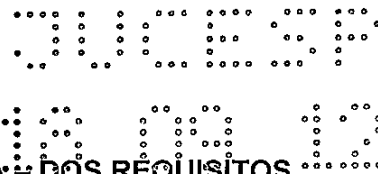
vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476") ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 6 de setembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

SP - 8298236v1





## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

### 2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão também não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 12 de setembro de 2012 e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços, em 13 de setembro de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar uma via desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente registrados, ao Agente Fiduciário e cópia de referidos instrumentos à CETIP (conforme definido abaixo) em até 10 dias contados da data de obtenção do referido registro.

### 2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”)



7

CETIP

e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15, da Instrução CVM n.º 476 e mediante cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

**3.1. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

**3.2. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

**3.3. Valor Total da Emissão:** O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

**3.4. Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados para reforço do capital de giro da Emissora.

**3.5. Número da Emissão:** A Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.

**3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador:** O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador e instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

**3.7. Objeto Social da Emissora:** A Emissora tem como seu objeto social (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, de acordo com as concessões outorgadas



7 8

pelas autoridades competentes, (b) a exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais, (c) a prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros, (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões, (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves, (f) a aquisição e arrendamento de aeronaves e outros ativos relacionados, (g) o desenvolvimento de atividades de agência de viagens e turismo, (h) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores, (i) o desenvolvimento de atividades de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas e malas postais, e (j) a importação de óleo lubrificante acabado para utilização em aeronaves.

3.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e desde que observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM e conforme o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração e dos juros e multa moratória, se for o caso.

3.8.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação.

#### 4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, conferido pelo Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0001-19, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e

COLOCAR

Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da Segunda Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4.1.5. A Oferta Restrita será realizada em observância dos procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 4.1. e no Contrato de Distribuição.

4.1.6. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, dentre outras declarações ("Declaração de Investidor Qualificado").



30.09.12

18.09.12

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 25 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### **4.5. Espécie**

SP - 8298236v1



4.6.1. Cada uma das Debêntures será subscrita no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7.1. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado (conforme definido abaixo), as Debêntures terão prazo de vigência de 03 (três) anos ("Prazo de Vigência"), a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 25 de setembro de 2015 ("Data de Vencimento").

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão ("Período de Carência"), portanto, o Período de Carência é o período compreendido entre 25 de setembro de 2012 e 24 de abril de 2013; sendo a primeira parcela amortizada em 25 de abril de 2013 e a última em 25 de setembro de 2015 ("Amortização"), conforme tabela abaixo:

Q

10 <sup>a</sup>	25 de janeiro de 2014	0,0333%
11 <sup>a</sup>	25 de fevereiro de 2014	0,0333%
12 <sup>a</sup>	25 de março de 2014	0,0333%
13 <sup>a</sup>	25 de abril de 2014	0,0333%
14 <sup>a</sup>	25 de maio de 2014	0,0333%
15 <sup>a</sup>	25 de junho de 2014	0,0333%
16 <sup>a</sup>	25 de julho de 2014	0,0333%
17 <sup>a</sup>	25 de agosto de 2014	0,0333%
18 <sup>a</sup>	25 de setembro de 2014	0,0333%
19 <sup>a</sup>	25 de outubro de 2014	0,0333%
20 <sup>a</sup>	25 de novembro de 2014	0,0333%
21 <sup>a</sup>	25 de dezembro de 2014	0,0333%
22 <sup>a</sup>	25 de janeiro de 2015	0,0333%
23 <sup>a</sup>	25 de fevereiro de 2015	0,0333%
24 <sup>a</sup>	25 de março de 2015	0,0333%
25 <sup>a</sup>	25 de abril de 2015	0,0334%
26 <sup>a</sup>	25 de maio de 2015	0,0334%
27 <sup>a</sup>	25 de junho de 2015	0,0334%
28 <sup>a</sup>	25 de julho de 2015	0,0334%
29 <sup>a</sup>	25 de agosto de 2015	0,0334%
30 <sup>a</sup>	25 de setembro de 2015	0,0334%

#### 4.9. Resgate Antecipado

4.9.1. Não será permitido o resgate antecipado das Debêntures pela Emissora.

#### 4.10. Remuneração

4.10.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 127% (cento e vinte e sete por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI de um dia, “*extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou data de pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização (“Remuneração”).



300000

100000

4.10.2. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

- J = valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.10.1. acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.
- VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.
- FatorDI = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

- $n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;
- p = 127,00 (cento e vinte e sete inteiros);
- $TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- k = 1, 2, ..., n;



*[Handwritten signature]*



15 00 10 00 00 00



JUCESP

15 09 12

#### 4.12. Repactuação Programada

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, quando necessário.

#### 4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou data de pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada um deles, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, desde que comprovadamente, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (b) descumprimento pela Emissora de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, em especial àquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário, Remuneração, encargos moratórios e demais encargos pactuados nas Debêntures, observados os termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária. Caso o descumprimento descrito neste item esteja relacionado a qualquer problema operacional ocorrido pela Emissora, a ser devidamente comprovada por esta aos titulares das Debêntures, será concedido prazo adicional de até 2 (dois) Dias Úteis, para saná-lo, contados das respectivas datas de vencimento;



## ANEXO

- (c) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, (a) não sanado nos prazos de cura específicos previstos nos respectivos instrumentos; (b) caso não haja prazo de cura específico, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida ou (c) no caso da obrigação de publicar as Demonstrações Financeiras da Emissora, caso o descumprimento não seja sanado dentro de 90 (noventa) dias corridos da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (d) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias, no mercado local ou internacional, da Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida. Caso não haja previsão de prazo no seu respectivo instrumento, a Emissora terá até 5 (cinco) dias corridos para saneamento do inadimplemento;
- (e) ocorrência de qualquer alteração direta ou indireta no controle acionário da Emissora, nos termos do artigo 116 e 243, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) sofrer protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, que não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (g) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente, resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, e tal valor não seja pago no prazo estipulado;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, extinção, liquidação, dissolução, insolvência, autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei,



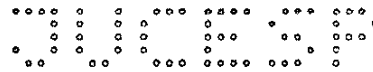
A handwritten signature, possibly "A", written in ink.

WOL

requerido pela ou decretado contra a Emissora, seu acionista controlador ou suas subsidiárias, não elidido no prazo legal;

- (i) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar material e significativamente a capacidade legal ou financeira da Emissora e de suas subsidiárias que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e condição de pagamento e ponha em risco a continuidade dos negócios da Emissora e de suas subsidiárias de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (k) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão Fiduciária (abaixo definido), desde que um novo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, devidamente anuído pelos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário da Emissão, não seja celebrado no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados do término ou rescisão do contrato original;
- (l) não atendimento de reforço das garantias adicionais reais prestadas aos Debenturistas pela Emissora quando solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária a ser celebrado;
- (m) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que possa ser material e que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e condição de pagamento e ponha em risco a continuidade dos negócios da Emissora e possa afetar adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão, admitidos os casos de alienação de aeronaves, motores, simuladores e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Emissora, desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Emissora. Excetua-se a condição de vencimento antecipado ora regulada se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do evento, a





Emissora demonstre que não sofreu qualquer abalo à sua capacidade econômico-financeira de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;

- (n) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (o) não renovação da concessão dos serviços de transporte aéreo que possa impactar significativamente o fluxo de caixa da Emissora e a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (p) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, de maneira que afete a capacidade da Emissora no cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (q) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.
- (s) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à Emissão;
- (t) não constituir de forma válida, plena e exigível, nos prazos e nos termos aqui previstos, a Garantia;
- (u) não cumprimento, pela Emissora, da destinação de recursos da Emissão prevista no item 3.4.;
- (v) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, exceto qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e a Trip Linhas Aéreas S.A., e desde que a Emissora, após a reorganização societária, mantenha, no mínimo, 90% (noventa) por cento dos negócios por ela realizadas antes da reorganização societária;
- (w) caso a Emissora realize o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de



recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, desde que esteja em mora perante os Debenturistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;

- (x) se a Garantia: (i) for objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora, desde que a Garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, no prazo de 30 (trinta) dias corridos; ou (ii) não for devidamente constituída; ou (iii) for anulada, nula ou inválida sob qualquer forma; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; e
- (y) redução de capital social da Emissora, exceto: (i) se houver a anuência prévia de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim; ou (ii) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar, no prazo de até 03 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário, para que este tome as providências devidas.

4.14.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (b), (d), (g), (h), (k), (o), (q), (s) e (u) acima, desde que observados os prazos de curas estipulados em cada item especificamente, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente da convocação de AGD ou notificação à Emissora.

4.14.4. Na ocorrência dos eventos descritos nos incisos (a), (c), (f), (i), (j), (l), (m), (n), (p), (r), (t), (v), (w), (x) e (y) acima, o Agente Fiduciário deverá publicar convocação de AGD, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, a qual dependerá da aprovação de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

4.14.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 4.14.4. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, o Agente



EXCELENTÍSSIMO

Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures mediante imediato envio de notificação à Emissora, neste sentido:

4.14.6. Exclusivamente na ocorrência do evento descrito no item (e) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD para deliberar sobre o evento em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento do comunicado sobre o referido evento pelo Agente Fiduciário. A Emissora poderá, a seu critério, participar da referida assembleia geral, apresentando aos Debenturistas fatos e explicações acerca do evento de alteração do controle acionário e de suas consequências para a Emissora. Nesta hipótese, a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da manifestação favorável de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação (excluindo as Debêntures eventualmente detidas pela Emissora, garantidoras, controladores, controlados e demais pessoas vinculadas).

4.14.7. Em caso de vencimento antecipado automático das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento dentro de 5 (cinco) dias úteis do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento. Para os vencimentos antecipados não automáticos, nos termos do item 4.14.4. acima, a obrigação de efetuar o pagamento passará a ser exigível após o recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, tendo a Emissora que realizar o pagamento dos valores devidos dentro de 5 (cinco) dias úteis

4.14.7.1. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.7.2. A comunicação de que trata o item 4.14.7.1. acima deverá ocorrer, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento a que se refere o item 4.14.7. acima.

#### **4.15. Encargos Moratórios**

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não



1

CETIP

compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) ~~juros moratórios~~ à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis*, ~~ambos incidentes sobre os valores em atraso.~~

#### **4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.17. Local de Pagamento**

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

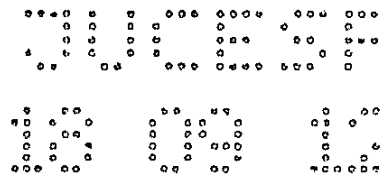
#### **4.18. Prorrogação dos Prazos**

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

#### **4.19. Publicidade**

4.19.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada, com aviso de recebimento, entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.





#### 4.20. Imunidade de Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.21. Garantia

4.21.1. Em garantia ao integral e pontual cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, será constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes de ordens de pagamentos performadas com cartões de crédito da bandeira American Express e representarão, no mínimo, (i) 4 (quatro) vezes o valor da próxima parcela de Remuneração somado à primeira ou à próxima parcela a vencer de Amortização, conforme aplicável, ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures, o que for maior ("Garantia"). A Garantia será formalizada por meio da celebração do "Contrato de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e Outras Avenças", entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Bradesco S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos dos domicílios das partes signatárias do referido contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) manter contratados durante o Prazo de Vigência, às suas expensas, o banco mandatário e custodiante, agente fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (b) apresentar ao público, nos termos da Instrução CVM nº 476, fatos relevantes;
- (c) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam materialmente afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada a sua



habilitade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nesta Escritura de Emissão e nas Debêntures;

- (d) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder e ao agente fiduciário da Emissão qualquer alteração materialmente relevante em sua condição financeira ou societária que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e a condição de pagamento da Emissora, colocando em risco a continuidade dos negócios da mesma, de tal maneira que possa afetar a tomada de decisão, por parte dos investidores em adquirir as Debêntures;
- (e) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");
- (f) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- (g) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (h) cumprir com todas as suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Distribuição.
- (i) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (j) comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação aos Eventos de Vencimento Antecipado, às suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento;



18

- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (m) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (n) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (o) manter os documentos mencionados no item (o) acima em sua página na rede mundial de computadores ([www.voeazul.com.br](http://www.voeazul.com.br)), por um prazo de 3 (três) anos;
- (p) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (q) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 03 (três) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário;
- (r) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (s) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora e fazer com que sejam mantidas válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso para as atividades da Emissora, e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um efeito material adverso, se tal



*[Handwritten signature]*

perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio a vontade e/ou alcance da Emissora;

- (t) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um efeito material adverso;
- (u) manter seguros conforme as práticas atuais na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (v) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (w) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (x) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em AGD, especialmente convocada para esse fim;
- (y) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social;
- (z) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas neste item; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009; e
- (aa) comparecer às AGDs sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente

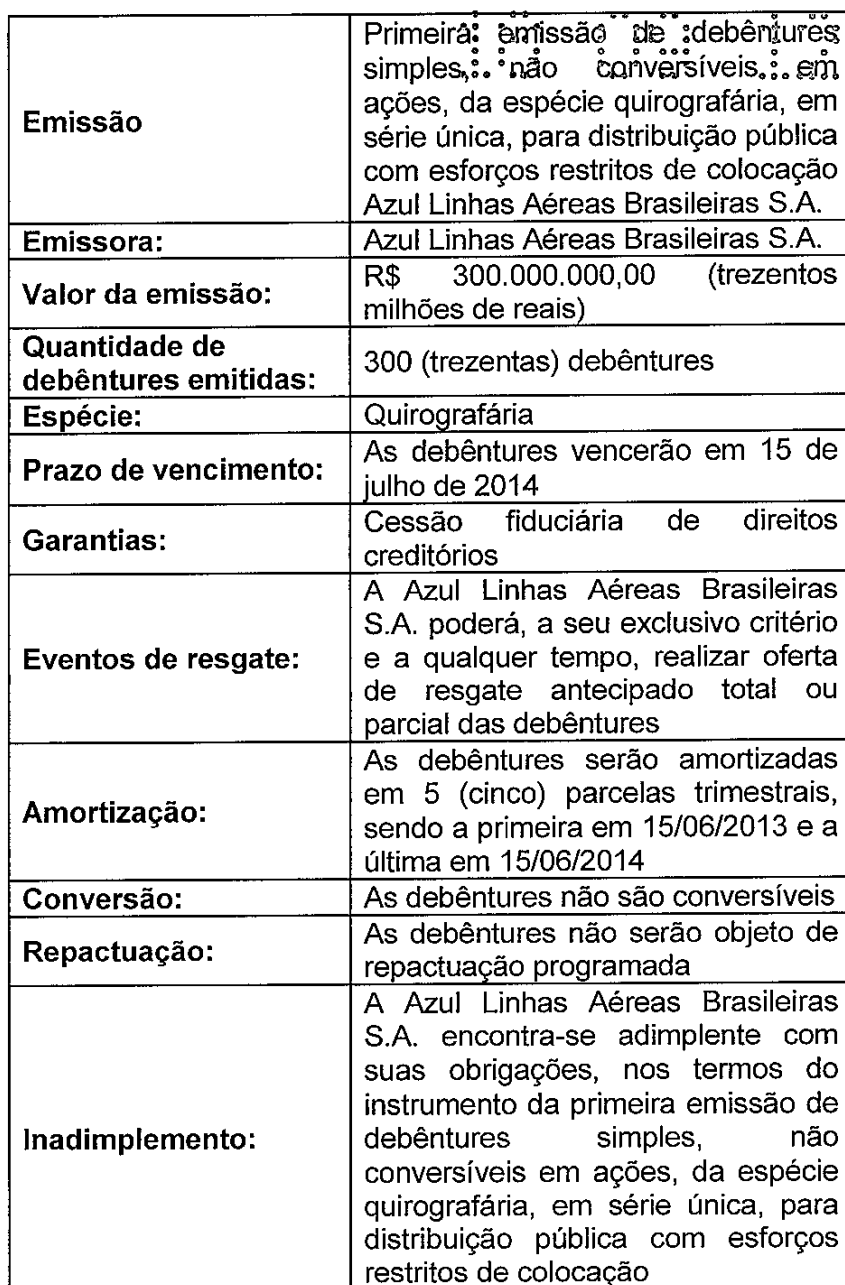
DUCEP

Escritura de Emissão, representar perante ela, a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora;
- (j) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas desta Emissão; e
- (k) conforme exigência do artigo 12, XVII, alínea "k" da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:









UNESP

Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados como reestruturação das condições da Emissão;

- (e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (f) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (g) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: publicações em geral, reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação;
- (h) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra este, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos;
- (i) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante pagamento por boleto bancário, emitido com no mínimo 15 (quinze) dias corridos de antecedência à data do pagamento; e



UNESP

- (j) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais



*[Handwritten signature]*

UNESP

(incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida AGD;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão:

(viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e

(ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver;

(m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) na sede do Agente Fiduciário;

(iii) na CETIP;

(iv) na CVM; e

(v) na sede do Coordenador Líder.

(n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a



7

CETIP

CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (p) acompanhar, junto à Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (s) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- (t) acompanhar com o Banco Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a Garantia em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e



Handwritten signature.

U O O S P

- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) acima, se a AGD assim autorizar nos termos do disposto no item 4.14. acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

6.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



Handwritten signature and initials.

The figure shows three distinct dot patterns arranged horizontally. The first pattern on the left represents the number '1', consisting of a vertical column of 7 dots with one additional dot at the bottom left. The middle pattern represents the number '0', forming a rectangular ring of 12 dots. The third pattern on the right represents the number '5', consisting of a vertical column of 5 dots with two additional dots at the top right.

6.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM nº 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.9.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.9.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

Handwritten signature and initials. The signature is a cursive 'J. H. H.' and the initials are 'J. H. H.'



7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

7.4.1. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.7. Para efeitos da presente Escritura de Emissão, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



CLÁUSULA SÉTIMA

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, ressalvados quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.14.1. acima; (vi) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (viii) alterações nos procedimentos aplicáveis às AGD, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.12. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGD, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido nas respectivas AGDs.

7.14. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

SP - 8298236v1



DUPLICATA

- (a) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, bem como cada documento a ser entregue nos termos desta Escritura de Emissão, constituem obrigações legalmente válidas, exigíveis e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterado;
- (f) tem todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (g) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas,



1

.....

adotando as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais comprovados decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (h) adotará todas as providências com relação a qualquer processo, procedimento, pendência, investigação, condenação, seja judicial ou administrativa, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de qualquer outra natureza, perante qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similares, bem como perante juízes ou tribunais arbitrais e de justiça que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 2009, 2010 e 2011 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;
- (j) envidará esforços para manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurarem à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (k) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um efeito material adverso, além daqueles mencionados, nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora;
- (l) não omitiu ou omitirá nenhum ato ou fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa, comprovadamente, resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos titulares de Debêntures;
- (m) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Emissora esteja discutindo ou venha a discutir de boa-fé, administrativa e/ou judicialmente assuntos de natureza trabalhista, tributária e ambiental;
- (n) todas as declarações relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de



1 2

JUCESP

Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Distribuição, são verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

- (o) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (r) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (s) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição desta Escritura de Emissão e da AGE na JUCESP; (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) os registros do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (t) esta Escritura de Emissão e a Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.





8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

### Para a Emissora:

#### **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**

Alameda Surubiju, n.º 2.010 e 2.050, Parte, Bairro de Alphaville, Centro Industrial e Empresarial

Barueri, SP

Sr. Alexandre Wagner Malfitani

Diretor de Finanças

Tel: (11) 4134-9807

Fax: (11) 4134-9890

E-mail: [alex.malfitani@voeazul.com.br](mailto:alex.malfitani@voeazul.com.br)

### Para o Agente Fiduciário:

#### **Planner Trustee DTVM Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: [vrodriques@plannercorretora.com.br](mailto:vrodriques@plannercorretora.com.br)

### Para o Banco Mandatário:

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar  
São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

### Para a CETIP:



Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

**At.: Gerência de Valores Mobiliários**

**Tel.: (11) 3111-1596**

**Fax: (11) 3111-1564**

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas eletronicamente (e-mail) ou por fax serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias corridos contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula Nona.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

## CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.2.

A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 14 de setembro de 2012

*[o restante da página foi intencionalmente deixado em branco]*



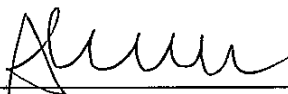


300337

13 09 12

Página 1 (um) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrado em 14 de setembro de 2012.

**AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**



Nome:

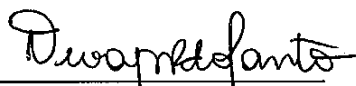
Cargo:

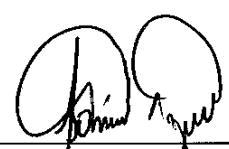


JUCESP


Página 2 (dois) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrado em 14 de setembro de 2012.


**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

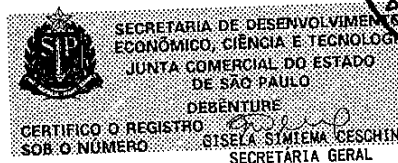
  
Nome: Viviane Rodrigues  
Cargo: Diretora

  
Nome: Flávio D. Aguetoni  
Cargo: Procurador

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Paula Rodrigues  
RG: 35322462-5  
CPF/MF: 365745288-52

  
Nome: ALINE S. T. O. MORAES  
RG: 29.705.740-6  
CPF/MF: 274.253.220-31



ED001003-0/000



JUCESP

